

ANEXO XIII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 9/2025 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SAC

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE

Unidade solicitante: ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL -ASI

Unidade demandante: ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL -ASI

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperiosa de garantir a continuidade dos serviços de vigilância patrimonial armada nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em Porto Velho. Esta demanda justifica-se, primordialmente, pela natureza essencial do serviço, uma vez que o atual suporte é provido pelo Contrato Emergencial TRE-RO nº 39/2025, firmado em 24/12/2025 com vigência precária de quatro meses. Portanto, a abertura deste processo licitatório ordinário é a medida administrativa indispensável para substituir a contratação direta atual por uma solução definitiva de longo prazo, assegurando a estabilidade das operações de segurança institucional.

Ademais, a necessidade de proteção estende-se para além das sedes administrativas e do Fórum Eleitoral, abrangendo pontos críticos como o Depósito de Urnas, onde o acervo tecnológico da Justiça Eleitoral exige vigilância ininterrupta. Paralelamente ao zelo pelo patrimônio material, a contratação visa salvaguardar a integridade física de magistrados, servidores e do público em geral, servindo como braço operacional de apoio à Polícia Judicial no cumprimento de suas atribuições legais.

Somado a esses fatores, o planejamento contempla a expansão da infraestrutura do órgão, prevendo o início da vigilância na Sede em Construção (Av. Lauro Sodré) a partir de março de 2026. Tal medida é estratégica para prevenir invasões e danos ao erário durante a fase final das obras. Em suma, a formalização desta nova avença permitirá ao Tribunal não apenas mitigar riscos operacionais e de segurança, mas também alcançar uma gestão fiscal mais eficiente através de um planejamento orçamentário plurianual para os próximos 60 meses.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATEGICO DO TRIBUNAL

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

() Não, **justificar:** _____.



(X) Sim, **descrever quais:** Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Comunicação eficaz e Garantir o dimensionamento adequado da força de trabalho.

3.2 Consta do PCA 2026 (informar o ano):

(X) Sim, no item nº 5;

() Não, justificar: _____.

3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável - PLS serão atendidos com a contratação?

A presente contratação está estritamente alinhada ao Objetivo Estratégico de Racionalizar os Gastos com Serviços de Vigilância, conforme estabelecido no Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026 do TRE-RO. O monitoramento deste objetivo ocorre por meio do Indicador nº 11, que contabiliza o total de pessoas alocadas nos contratos de vigilância armada e desarmada do Tribunal.

Nesse sentido, o planejamento observa a Meta de limitar o quantitativo de colaboradores para, no máximo, 14 postos até o ano de 2025 e 16 postos em 2026. Consequentemente, a estruturação dos postos conforme detalhado neste estudo visa equilibrar a necessidade de segurança das novas instalações — como a sede em construção — com o compromisso institucional de controle progressivo das despesas e otimização da força de trabalho terceirizada.

Adicionalmente, a contratação incorpora critérios sociais de sustentabilidade ao observar a Portaria TRE-RO nº 244/2024, promovendo a equidade de gênero e a inserção de mulheres, em consonância com as diretrizes de responsabilidade social do Tribunal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

() Sem relação com o PLS (**justificar**): _____.

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES

4.1 Informação sobre **contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

Descrever: _____.

(X) Não há.

4.2. Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (**providências preliminares**):

() Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: _____;

() Instalação elétrica: _____;

() Instalação lógica: _____;

() Alteração de *layout*: _____;

() Outra: _____.

(X) Não se aplica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Requisitos do negócio:

A solução de segurança para o TRE-RO deve fundamentar-se em um modelo de vigilância patrimonial armada com cobertura ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), garantindo a proteção integral das unidades mesmo em finais de semana e feriados. Para que a demanda institucional seja plenamente atendida, a solução deve prover profissionais devidamente habilitados e capacitados para o uso de arma de fogo, cuja atuação será dimensionada em postos fixos estratégicos, definidos a partir de análise de risco e criticidade das dependências em Porto Velho.

Para além da presença física do vigilante, é requisito indispensável que a solução incorpore uma estrutura de supervisão operacional contínua e móvel, capaz de fiscalizar a execução contratual, orientar a conduta dos profissionais e garantir a pronta resposta a ocorrências. Complementarmente, a solução deve assegurar a estanqueidade e continuidade do serviço, prevendo mecanismos imediatos de substituição em casos de faltas, férias ou afastamentos, sem qualquer prejuízo à segurança das edificações.

Do ponto de vista operacional e logístico, a contratada deve prover o armamento autorizado pela Polícia Federal, uniformes padronizados e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários. Cabe ressaltar que a solução exige o manejo adequado dos sistemas de comunicação institucional fornecidos pelo Tribunal, devendo a contratada zelar pelo uso correto e conservação dos aparelhos. Por fim, a solução deve permitir a auditabilidade da execução, por meio da emissão de relatórios periódicos de rondas e ocorrências, assegurando o estrito alinhamento às diretrizes da Polícia Judicial e às normas internas de controle de acesso do órgão.

Requisitos de capacitação:

(X) não se aplica porque: Tendo em vista que o objeto da contratação refere-se a um serviço especializado e regulamentado pela **Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada)** e pela **Portaria nº 18.045/2023-DG/PF**, a qualificação técnica dos profissionais é um pré-requisito legal para o exercício da função. Dessa forma, os vigilantes alocados devem obrigatoriamente possuir curso de formação e certificados de reciclagem válidos, cujos custos pedagógicos e operacionais são de inteira

responsabilidade da empresa contratada, não cabendo ao Tribunal promover treinamentos técnicos adicionais.

Ressalta-se que eventuais orientações específicas sobre os postos e as normas internas de conduta do TRE-RO serão repassadas pela **Polícia Judicial** durante a implantação do serviço, na forma de instruções operacionais, o que não se caracteriza como programa de capacitação didática com ônus para a Administração..

Requisitos legais:

A solução de vigilância patrimonial armada deve observar rigorosamente o regime jurídico de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) e os padrões técnicos de segurança privada vigentes, em estrita conformidade com:

1. Gestão Administrativa e Licitatória:

- **Lei nº 14.133/2021:** Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que fundamenta o planejamento e a seleção da proposta mais vantajosa.
- **Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017:** Norma federal que estabelece as regras para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo as diretrizes para fiscalização e retenção de encargos em conta vinculada.
- **Instrução Normativa TRE-RO nº 4/2023:** Regulamenta os procedimentos licitatórios para contratação de bens e serviços no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral sob a égide da Lei 14.133/2021.

2. Legislação Específica de Segurança Privada:

- **Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 (Estatuto da Segurança Privada):** Define o novo marco regulatório para o setor, disciplinando a segurança das instituições públicas e as regras para empresas especializadas.
- **Portaria nº 18.045/2023-DG/PF (Consolidada):** Norma mestra da Polícia Federal que estabelece os procedimentos técnicos para a execução das atividades de segurança privada e a fiscalização das empresas.
- **Portaria PF nº 19.037, de maio de 2025:** Introduce atualizações à Portaria 18.045/2023, ajustando critérios de fiscalização e prazos de adequação ao novo Estatuto da Segurança Privada.
- **Portaria nº 18-CGCSP/DPA/PF, de janeiro de 2025:** Define os novos planos de curso para formação e reciclagem de vigilantes, com exigências modernizadas de treinamento técnico.
- **Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento):** Rege o controle, a posse e o porte de arma de fogo em serviço pelos profissionais de segurança.

3. Normas Institucionais e Trabalhistas:

- **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) SINTESV/RO e SINDESP/RO (2025/2026):** Estabelece as obrigações pecuniárias e sociais mínimas da categoria no Estado de Rondônia, fundamentais para a exequibilidade financeira da solução.

- **Resolução TRE-RO nº 38/2022:** Institui a Política de Segurança Institucional do Tribunal, à qual o serviço de vigilância armada está tecnicamente vinculado para suporte à Polícia Judicial.
- **Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025:** Regulamenta a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) no âmbito do Poder Judiciário, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.
- **Resolução CNJ n. 255, de 4 de setembro de 2018:** institui a política nacional de incentivo à participação institucional feminina no poder judiciário;
- **Portaria TRE-RO nº 244/2024:** Dispõe sobre a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina nas contratações de empresa prestadora de serviço terceirizado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e estabelece fluxos de trabalhos e procedimentos de fiscalização relacionados a essas contratações.

4. REFORMA TRIBUTÁRIA E ALTERAÇÕES LEGAIS:

- **Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2015:** Considerando que a vigência contratual pretendida é de 60 (sessenta) meses, identifica-se a necessidade de transição do regime tributário nacional decorrente da EC nº 132/2023 (Reforma Tributária), bem como a aplicação das disposições da LC 214, de 2015. Prevê-se que, ao longo da execução, os tributos atuais (PIS, COFINS e ISS) incidentes sobre a planilha de custos serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), ou outros encargos definidos nas épocas próprias. Para mitigar este risco e garantir a neutralidade tributária da contratação, o Termo de Referência deverá prever cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro de ofício, assegurando que a variação da carga tributária não onere o Tribunal nem cause prejuízo à exequibilidade do contrato.

Justificativa: A fundamentação nestas normas garante que a solução atenda aos requisitos de governança do Tribunal, à proteção patrimonial e à conformidade com o rigoroso sistema de fiscalização da Polícia Federal. A observância deste arcabouço mitiga riscos de responsabilidade subsidiária trabalhista e assegura a legitimidade do uso de força armada nas dependências da Justiça Eleitoral.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

() **Apenas a garantia legal** (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”: **30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis** (art. 26, I, e II, CDC).

() **Garantia complementar à legal** (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).

Justificativa: _____.

(X) Não será exigida **porque:** A natureza da solução pretendida consiste na prestação de serviço contínuo de vigilância patrimonial armada, caracterizado pela execução direta e imediata mediante postos de trabalho fixos. Por não se tratar da aquisição de bens ou produtos duráveis, os conceitos de garantia legal ou complementar (assistência técnica) não se aplicam ao objeto nos moldes previstos no Código de Defesa do Consumidor. O êxito da contratação e a qualidade da solução são garantidos através de outros mecanismos contratuais, tais como:

1. Fiscalização Administrativa e Técnica: Verificação mensal do cumprimento das obrigações e da qualidade do serviço prestado.
2. Índice de Medição de Resultado (IMR): Aplicação de indicadores de desempenho que impactam diretamente o pagamento em caso de falhas na execução.

Quanto aos materiais e equipamentos fornecidos pela contratada para a execução (armas, coletes, munição), a obrigatoriedade de manutenção corretiva e substituição imediata de itens defeituosos deve constar como obrigação da empresa no Termo de Referência, sem gerar custos adicionais de "garantia" para o Tribunal além do valor do posto.

Requisitos temporais:

A contratação possui natureza de **serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme definido pelo art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021. Os marcos temporais da solução são:

- **Início da execução:** A execução deverá ter início imediato após a conclusão do procedimento licitatório e assinatura do contrato definitivo, com previsão de ocorrer dentro do período de vigência do **Contrato Emergencial nº 39/2025** (o qual possui prazo de até 4 meses a contar de 24/12/2025).
- **Condição de Transição:** Tão logo formalizada a nova contratação, ocorrerá a extinção antecipada do ajuste emergencial vigente, conforme expressamente previsto na Cláusula 3.1.1 do Contrato nº 39/2025, garantindo a continuidade da segurança institucional sem sobreposição de despesas.
- **Vigência contratual:** Estabelecida em **60 (sessenta) meses**, fundamentada na natureza contínua do serviço, o que permite o planejamento de longo prazo, a amortização dos investimentos da contratada em equipamentos e a estabilidade das operações de segurança.
- **Cronograma de Expansão:** A ativação do posto de vigilância na **Sede em Construção** (Av. Lauro Sodré) está planejada para **01/05/2026**, devendo ser confirmada conforme o cronograma físico da obra.

Justificativa da Vantajosidade Plurianual (art. 106, I, NLLC):

A adoção do prazo de 60 meses demonstra-se vantajosa para o Tribunal pois garante a manutenção de um serviço essencial à proteção de ativos críticos, como as urnas eletrônicas, e a integridade física de pessoas. Economicamente, a vigência plurianual dilui os custos fixos da empresa contratada e reduz o ônus administrativo de realizar

novos procedimentos licitatórios anualmente, atraindo propostas mais competitivas e garantindo a qualidade na prestação do serviço.

Tratando-se de **registro de preços**: Não se aplica.

Requisitos de Segurança da Informação:

Caso se refira à contratação de TIC, ou tenha correlação com a área de TIC: _____.

(X) não se aplica.

Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:

A solução de segurança incorpora critérios de sustentabilidade e inclusão, em estrito alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às diretrizes de responsabilidade social deste Tribunal.

1. Critério Social e Equidade de Gênero: Em cumprimento à Portaria TRE-RO nº 244/2024, a contratação observará o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mulheres para o contingente de vigilantes, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

2. **Inclusão de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade - Programa Transformação:** A reserva de 5% de vagas prevista na **Instrução Normativa TRE-RO nº 13/2023** não será exigida nesta contratação pelos seguintes motivos:

- **Critério Quantitativo:** O Art. 3º, § 4º, e o Art. 7º da IN TRE-RO nº 13/2023 estabelecem que a reserva de vagas aplica-se a contratos com quantitativos mínimos de **25 (vinte e cinco) colaboradores**. A presente demanda prevê 09 postos (18 vigilantes), situando-se abaixo do limite de obrigatoriedade.
- **Incompatibilidade Técnica:** A atividade de vigilância armada exige requisitos rigorosos de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo (Lei nº 14.967/2024). A natureza do serviço de alto risco e estresse operacional é tecnicamente inadequada para grupos em condição de especial vulnerabilidade e trauma recente, visando a própria segurança da trabalhadora.

3. Requisitos Ambientais e de Gestão de Resíduos:

- **Materiais Controlados:** No caso de munições deflagradas em serviço, o descarte deve seguir o fluxo de recolhimento institucional do Tribunal, em coordenação com a Polícia Judicial, garantindo a conformidade com as normas da Polícia Federal.
- **Uso Racional:** Priorização de fardamentos duráveis e conscientização da equipe para a redução do consumo de energia e água nas dependências vigiadas, sob responsabilidade da gestão e fiscalização do contrato.

Justificativa: A integração da contratada ao sistema de gestão de resíduos do TRE-RO otimiza o controle ambiental e reforça as metas do PLS. A inclusão social via Portaria 244/2024 promove a função social do contrato, assegurando que o Tribunal atue como agente de transformação social.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos técnicos:

Para o atendimento à demanda do TRE-RO, a solução de vigilância armada deverá prover:

- **Capacidade Operacional Certificada:** A solução deve ser executada por empresa detentora de autorização de funcionamento e certificado de segurança válidos perante a Polícia Federal, garantindo a legitimidade da atividade armada.
- **Profissionais Habilitados:** Vigilantes que atendam aos requisitos de idoneidade, saúde e aptidão psicológica, com formação e reciclagem atualizadas conforme os novos planos de curso da Polícia Federal de 2025.
- **Infraestrutura de Proteção:** Disponibilização de armamento, munição nova e original, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) com certificação de validade.
- **Mobilidade e Fiscalização:** Estrutura de supervisão capaz de realizar inspeções nos postos e garantir a continuidade do serviço, zelando pelos equipamentos de comunicação institucional fornecidos pelo Tribunal.

Justificativa: Estes requisitos técnicos são os mínimos necessários e suficientes para assegurar a escolha de uma solução que mitigue riscos ao patrimônio e garanta a integridade das pessoas e do processo eleitoral, conforme os padrões de qualidade exigidos pela Polícia Judicial.

() não se aplica porque: _____.

Metodologia de trabalho e implantação da solução:

Local de execução dos serviços: Os serviços serão executados nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, incluindo a Sede Administrativa/Almoxarifado e Depósito de Urna, o Fórum Eleitoral, a Seção de Transporte/Estacionamento (ANEXO III) e a nova Sede em construção (Av. Lauro Sodré), conforme o cronograma de ativação de postos.

Outros aspectos relevantes: A implantação da solução seguirá uma metodologia de transição definida com a gestão do contrato no Termo de Referência para garantir que não ocorra solução de continuidade na segurança institucional. Os principais aspectos operacionais incluem:

- **Substituição do Contrato Emergencial:** A contratada deverá assumir os postos de vigilância de forma coordenada com a atual prestadora (Contrato nº 39/2025), garantindo a assunção integral dos serviços sem intervalos na cobertura 24h.

- **Apresentação e Integração:** Previamente ao início das atividades, a contratada deverá apresentar à Seção de Segurança Institucional (SSI) a relação nominal dos vigilantes, acompanhada dos respectivos certificados de formação/reciclagem, exames de aptidão e comprovantes de idoneidade.
- **Vistoria de Equipamentos:** No ato da implantação, a ASI realizará a conferência técnica do armamento, munição e coletes balísticos fornecidos pela empresa, além de instruir a equipe sobre o uso e zelo dos rádios comunicadores cedidos pelo Tribunal.
- **Cronograma de Ativação da Nova Sede:** A implantação do posto na unidade em construção (Av. Lauro Sodré) ocorrerá mediante Ordem de Serviço específica, prevista para maio de 2026, exigindo mobilização adicional de pessoal e logística por parte da contratada.
- **Supervisão Inicial:** Nos primeiros 30 dias de contrato, a supervisão da empresa deverá ser intensificada para garantir a adaptação dos vigilantes às normas internas de conduta e aos procedimentos de controle de acesso definidos pela Polícia Judicial.

Justificativa: Estes procedimentos são essenciais para assegurar o êxito da contratação e a segurança do acervo das urnas eletrônicas durante a troca de fornecedores. O planejamento da transição mitiga riscos operacionais e garante que a contratada esteja plenamente apta a operar em conformidade com as diretrizes do TRE-RO desde o primeiro dia de vigência.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Consultas e estudos realizados:

AÇÃO

(X) Consulta a fornecedores. Documentação gerada: Memória de cálculo de insumos baseada em preços públicos e cotações online. **Descrever e indicar os**

eventos: [1437682](#), [1437683](#), [1486468](#) e [1486470](#) Realizou-se pesquisa de preços de mercado (cotação direta e consulta online) para a composição dos custos do **Módulo 5 (Insumos Diversos)**, especificamente para os itens não tabelados em Convenção Coletiva, tais como: Uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Armamento e **Curso de Reciclagem/Formação**, utilizou-se como referência os valores praticados pelas academias de formação locais (ex: Forte Príncipe/CIESE).

(X) Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada: Contratos vigentes, Editais e Planilhas de Custos de órgãos públicos federais. **Descrever e indicar os eventos:** [1486497](#), [1486502](#) e [1486503](#). Realizou-se consultas às contratações similares de órgãos da Administração Pública em Rondônia (**TRT-14, MPF e JF-RO**) para validar parâmetros de mercado não fixados em convenção coletiva. Esta análise comparativa fundamentou a estimativa de custos para itens variáveis, como o valor de mercado para **Seguro de Vida** (média saneada).

() Consulta Painel de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:** _____.

(X) Estudos técnicos. Documentação gerada: Planilhas de Custos e Formação de Preços (Modelos Anexo VII-D da IN 5/2017). **Descrever e indicar os**

eventos: [1485924](#), [1485899](#), [1485924](#) e [1486216](#), [1486255](#), [1486427](#). A modelagem técnica e econômica da contratação fundamentou-se na hierarquia das seguintes fontes oficiais:

1. **Caderno de Logística de Serviços de Vigilância (MPOG/Federal - 2014):** Embora os valores monetários deste caderno não reflitam a atualidade, sua **metodologia de cálculo** e estrutura de composição de custos serviram como referência técnica basal para a estruturação dos módulos da planilha, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Gestão e Inovação;
2. **Caderno Técnico de Serviços de Vigilância (ME/SEGES/Federal - 2019):** Assim como o caderno de logística, verificou-se a **metodologia de cálculo** e estrutura de composição de custos serviram como referência técnica basal para a estruturação dos módulos da planilha, em conformidade com as diretrizes da SEGES para a realidade de Rondônia;
3. **Caderno Técnico de Serviços de Vigilância (SUPEL/RO - 2021):** Utilizado para a pesquisa dos parâmetros estatísticos e operacionais, adequando a teoria federal à realidade do mercado local de Rondônia;
4. **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2025/2026) e Termo Aditivo:** Fontes primárias para a fixação dos custos salariais, encargos sociais e benefícios obrigatórios da categoria.

() Não obrigatório. justificar: _____

6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

Descrição da Solução 1: Contratação de Serviço de Vigilância Patrimonial Humana Armada (Postos Fixos 24h).

Atendimento aos requisitos: A presença física de vigilantes armados, capacitados e equipados com coletes balísticos proporciona o poder de dissuasão necessário e a capacidade de resposta imediata (*pronta intervenção*) em caso de tentativas de invasão, roubo ou agressão. É a única modalidade capaz de garantir a integridade física de magistrados e a proteção do acervo de Urnas Eletrônicas contra sabotagem física direta.

Vantagens e desvantagens da solução:

- **Vantagens:** Capacidade de reação letal e não letal; flexibilidade para atuar em diferentes cenários (controle de acesso, rondas perimetrais, gerenciamento de crises); efeito psicológico dissuasório sobre a criminalidade; conformidade com as diretrizes de segurança da Polícia Judicial.
- **Desvantagens:** Custo operacional mais elevado em comparação a soluções puramente eletrônicas, devido aos encargos trabalhistas, previdenciários e adicionais de periculosidade.

Valor Estimado: R\$ 7.969.675,20 (Valor Global Estimado para 60 meses)

Solução Escolhida:

(X) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: A solução humana armada demonstra-se a única viável tecnicamente para proteger

ativos de alta criticidade (Urnas Eletrônicas) e autoridades, onde o risco de tomada hostil exige capacidade de resistência física imediata. Economicamente, a solução foi otimizada pela aplicação rigorosa dos parâmetros do Caderno Técnico da SUPEL/RO (rotatividade e supervisão) e da CCT vigente, resultando em um preço justo que equilibra a modicidade tarifária com a segurança jurídica e operacional da contratação.

() Não.

Descrição da Solução 2: Sistema de Monitoramento Eletrônico (CFTV e Alarmes) sem efetivo armado local.

Atendimento aos requisitos: Atende apenas parcialmente. Esta solução cobre o monitoramento visual e a detecção de intrusão, mas falha no requisito crítico de "pronta resposta e intervenção física" no local.

Vantagens e desvantagens da solução:

- **Vantagens:** Custo de implantação e manutenção diluído no longo prazo; registro de imagens para perícia posterior.
- **Desvantagens:** Incapacidade de impedir fisicamente uma ação criminosa em andamento (ex: depredação de urnas); ineficácia na proteção da vida de pessoas sob ameaça imediata; vulnerabilidade contra sabotagem física direta nos equipamentos.

Valor Estimado: Não calculado, pois é ineficaz para o propósito de segurança física ativa.

Solução Escolhida:

() Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

(X) Não.

Outras soluções: Descrever: _____.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial armada, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), visando assegurar a integridade física de servidores, magistrados e usuários, bem como a proteção do patrimônio móvel e imóvel do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. A solução abrange a gestão completa do ciclo de segurança, estruturada nos seguintes pilares:

1. Estrutura Operacional e Humana:

- Modalidade: Vigilância Patrimonial Armada, operando em regime de turnos ininterruptos de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (Escala 12x36), garantindo cobertura 24 horas por dia, 7 dias por semana (incluindo feriados e finais de semana).

- Efetivo: Disponibilização de profissionais (Vigilantes) devidamente habilitados com Curso de Formação de Vigilantes e Reciclagem em dia (validade bienal), registrados no Departamento de Polícia Federal (DPF).
- Cobertura de Ausências: A contratada deverá manter quadro de reserva técnica para cobertura imediata de férias, licenças, afastamentos legais e faltas eventuais, assegurando que nenhum posto permaneça descoberto (Índice de cobertura de 100%).
- Intervalo Intra jornada: Dada a especificidade da segurança contínua e a impossibilidade de rendição fracionada no posto, o intervalo de repouso e alimentação de 30 (trinta) minutos será indenizado conforme a legislação vigente, mantendo o vigilante no posto durante toda a jornada.

2. Recursos Materiais e Logísticos (Ciclo de Vida do Equipamento): A solução inclui o fornecimento, manutenção e renovação de todo o aparato de segurança necessário:

- Armamento e Munição: Fornecimento de armas de fogo (revólveres calibre .38 conforme a legislação) e munições originais (não recarregadas), com renovação periódica conforme validade técnica e autorização do SINARM/Polícia Federal.
- Proteção Individual: Fornecimento de Coletes Balísticos conforme a legislação com certificação de validade vigente, devendo ser substituídos imediatamente ao expirar a vida útil (geralmente 5 anos) ou em caso de impacto.
- Uniformes e Acessórios: Dotação completa de fardamento (coturnos, calças, camisas, cintos, capas de chuva, agasalhos para o frio noturno e lanternas recarregáveis), garantindo a apresentação pessoal impecável e a ostensividade do serviço.

3. Supervisão e Controle de Qualidade:

- Fiscalização Motorizada: A solução contempla a atuação de Supervisor de Posto motorizado (cujo custo foi rateado na planilha orçamentária), responsável por rondas periódicas de fiscalização, recolhimento de folhas de ponto e apoio operacional em ocorrências.
- Controle de Acesso e Rondas: Execução de rotinas de controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como rondas perimetrais nas instalações, com registro obrigatório em Livro de Ocorrências.

4. Ciclo de Vida da Contratação (60 Meses):

- Fase de Mobilização (Implantação): Inclui a transição contratual (substituição do contrato emergencial), apresentação da documentação dos vigilantes (CNV, exames, antecedentes), vistoria do armamento pela Polícia Judicial e implantação inicial dos postos.
- Fase de Expansão (Maio/2026): Ativação programada do posto de vigilância na Sede em Construção (Av. Lauro Sodré), conforme cronograma de obras.
- Fase de Manutenção (Execução): Monitoramento contínuo da qualidade dos serviços prestados, realização de cursos de reciclagem semestrais e manutenção preventiva de equipamentos.
- Fase de Desmobilização: Encerramento ordenado ao final da vigência, com recolhimento de armas e transição de conhecimento para a próxima gestão, sem interrupção da segurança.

Esta solução integrada (Homem + Equipamento + Gestão) foi dimensionada para atender aos requisitos da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada) e às

necessidades específicas de segurança das urnas eletrônicas e das instalações da Justiça Eleitoral.

7.1 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

7.1.1 A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

☒ **Não;**

☐ **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023:

☐ quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

☐ quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

☐ quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

☐ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.1.2 Se positivo, informar:

☒ **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

☐ **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.1.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?

☒ **Não;**

☐ Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):

☐ É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;

☐ Trata-se de alimento perecível.

7.1.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.

7.2 A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes justificativas (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023):

☒ **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

() **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.2.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem do ingresso: Descrever: _____.

II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: _____:

7.2.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: _____.

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, **conforme consultas de preços realizadas**, juntadas nos eventos: _____.

***Nota 28.** Para justificar a adesão será necessário: a) demonstrar a vantagem que pode ocorrer, por exemplo, pela perfeita adequação do objeto da ARP para o atendimento da demanda, pela celeridade e economicidade da adesão em relação à tramitação de um processo autônomo, etc.; b) elaborar ICVEC para estimativa do preço (art. 31, II, do Decreto nº 11.462/2023) e assim demonstrar que os preços da ARP são inferiores ou compatíveis com os valores praticados pelo mercado.*

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (**juntar os documentos e citar os eventos**): _____.

IV - Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: _____.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Nº Item/grupo: 1

Descrição: Posto de Vigilância Patrimonial Armada – 12x36 – **DIURNO**.

Unidade: Posto/Mês.

Quantidade: 300 (estimado para 60 meses).

Justificativa e Memória de Cálculo: A quantidade estimada refere-se à contratação de **05 (cinco) postos** de vigilância diurna para cobertura de 60 meses (5 postos x 60 meses = 300 unidades de faturamento). A distribuição dos postos fundamenta-se na necessidade de cobertura física das seguintes unidades críticas:

1. **Sede própria do Tribunal Regional Eleitoral e Anexo II (Almoxarifado/Depósito de Urnas):** 02 Postos (Controle de acesso de autoridades e público);
2. **Fórum Eleitoral:** 01 Posto (Atendimento ao eleitor e segurança do cartório);
3. **Anexo III (Estacionamento/Seção de Transportes):** – Av. Rogério Weber, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO.

4. **Sede em Construção (Av. Lauro Sodré):** 01 Posto (Proteção patrimonial do canteiro de obras e futuras instalações). *Nota:* O quantitativo contempla a totalidade da vigência (60 meses), observando-se que a ativação do posto da "Sede em Construção" seguirá o cronograma de obras (março/2026), sendo o faturamento realizado conforme a demanda efetiva (pagamento por posto executado).

Nº Item/grupo: 2

Descrição: Posto de Vigilância Patrimonial Armada – 12x36 – **NOTURNO**.

Unidade: Posto/Mês.

Quantidade: 240 (estimado para 60 meses).

Justificativa e Memória de Cálculo: A quantidade estimada refere-se à contratação de 04 (quatro) postos de vigilância noturna para cobertura de 60 meses (4 postos x 60 meses = 240 unidades). A necessidade do turno noturno justifica-se pela vulnerabilidade das instalações fora do horário de expediente e pela obrigatoriedade de vigilância ininterrupta (24 horas) sobre o acervo de urnas eletrônicas e bens patrimoniais. A metodologia de cálculo considera a escala 12x36, onde cada posto físico demanda necessariamente 01 vigilante diurno (Item 1) e 01 vigilante noturno (Item 2) para fechar o ciclo de 24 horas de proteção.

**9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NAO DA
CONTRATAÇÃO**

Haverá parcelamento?

- () **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque:
() é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos porque: _____.
() Outra justificativa: _____.
(X) **Sim**, a solução será **dividida em itens**.

() Serão formados **lotes** pela divisão de itens?

(X) Não;

() Sim.

Se positivo, justificar : _____,

() Serão formados **grupos compostos por itens**?

() Não;

(X) sim.

Se positivo, justificar a vantagem técnica e econômica do **agrupamento**: A formação de **Grupo Único** (reunindo os Itens 1-Diurno e 2-Noturno) é medida indispensável à viabilidade técnica e operacional da segurança armada, fundamentada nos seguintes aspectos:

1. **Interdependência Operacional (Rendição e Posto 12x36)**: O serviço é executado no mesmo posto físico, em regime de revezamento (12x36). A divisão entre empresas distintas para turnos diurnos e noturnos inviabilizaria a "passagem de posto" (rendição), criando riscos de descontinuidade no serviço caso ocorram atrasos ou faltas, além de gerar conflitos de responsabilidade sobre ocorrências que transpassem os turnos.
2. **Cadeia de Custódia de Armamento (Norma da Polícia Federal)**: O armamento (revólver e munições) e os coletes balísticos permanecem no posto e são compartilhados entre os vigilantes dos turnos. A Portaria da Polícia Federal impõe rigoroso controle sobre o acervo bélico. A presença de duas empresas distintas operando o mesmo armamento ou cofre violaria as normas de controle de material controlado e responsabilização civil/criminal em caso de extravio.
3. **Padronização e Comando Unificado**: A segurança institucional exige hierarquia e procedimentos padronizados (uniformes, comunicação via rádio, protocolos de crise). A fragmentação da contratação quebraria a unidade de comando, dificultando a fiscalização do Tribunal e a gestão da Polícia Judicial.
4. **Economia de Escala e Administrativa**: A gestão de um contrato único reduz significativamente o custo administrativo de fiscalização (um único preposto, uma única fatura, um único processo de penalidade), atendendo ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88).

Portanto, embora os custos sejam planilhados em itens distintos para precisão orçamentária, a adjudicação deve ocorrer pelo **Menor Preço Global do Grupo**, garantindo que uma única empresa seja responsável pela segurança integral (24h) do Tribunal.

10. VALOR ESTIMADO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

R\$ 7.232.064,00 (sete milhões, duzentos e trinta e dois mil e sessenta e quatro reais), de acordo com as pesquisas de preços realizadas e informadas no item 6.1 e as quantidades estimadas no item 8 do ETP.

A fonte orçamentária da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA								
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano					
			2026 (R\$)	2027 (R\$)	2028 (R\$)	2029 (R\$)	2030 (R\$)	2031 (R\$)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Ordinário	Terceirização de Vigilância Armada - Sede do Tribunal e anexos.	IEF VIGO ST	1.205.344,00	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	241.068,80
Total por exercício financeiro			1.205.344,00	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	241.068,80
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

() Ganho de produtividade

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

(X) Redução de esforço

Informar: A opção pela vigência contratual estendida (60 meses) reduz significativamente o esforço administrativo da área de licitações, evitando a repetição anual de certames complexos para o mesmo objeto. Além disso, a unificação dos postos diurnos e noturnos em um único grupo simplifica a fiscalização contratual e a gestão de pagamentos por parte da Seção de Segurança Institucional..

() Não se aplica.

(X) Redução de custo

Informar: A diluição dos custos fixos de implantação (uniformes, despesas de seleção) ao longo de 60 meses tende a reduzir o valor mensal do posto. Adicionalmente, a prevenção efetiva contra furtos e danos ao patrimônio (especialmente o acervo de Urnas Eletrônicas e a nova Sede em Construção) evita prejuízos financeiros incalculáveis ao Erário que decorreriam da reposição desses bens.

() Não se aplica.

() Redução de uso de recursos

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

(X) Melhoria de controle

Informar: A exigência de relatórios mensais de ronda, controle de acesso e a fiscalização motorizada obrigatória (prevista na planilha) permitirá à Polícia Judicial um monitoramento mais assertivo sobre o

fluxo de pessoas nas unidades. O modelo de contratação também centraliza a responsabilidade sobre o armamento em uma única empresa, facilitando o controle de material bélico exigido pela Polícia Federal.

() Não se aplica.

(X) Redução de riscos

Informar: Mitigação direta de riscos à integridade física de magistrados, servidores e eleitores, bem como a proteção contra sabotagem ao processo eleitoral. No âmbito jurídico, a exigência rigorosa de cumprimento da CCT e das normas da Polícia Federal (Lei 14.967/2024) reduz drasticamente os riscos de responsabilização subsidiária da Administração por passivos trabalhistas ou irregularidades na segurança privada.

() Não se aplica.

(X) Cumprimento de determinação
legal e/ou administrativa

Informar: Atendimento integral à Resolução CNJ nº 344/2020 (Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário), às normativas da Polícia Federal sobre segurança orgânica e privada, e às metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-RO quanto à racionalização de serviços continuados.

() Não se aplica.

(X) Melhoria/adequação nas
instalações físicas

Informar: A ativação do posto de vigilância na Sede em Construção (Av. Lauro Sodré) garantirá a integridade do canteiro de obras e dos materiais instalados na fase final de acabamento, prevenindo depredações que poderiam atrasar a entrega do imóvel.

() Não se aplica.

(X) Outro

Informar: A contratação assegura a aplicação da Portaria TRE-RO nº 244/2024, garantindo a reserva de 50% das vagas para mulheres, alinhando a execução do serviço aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5 - Igualdade de Gênero) da Agenda 2030.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (obrigatório)

Embora a prestação de serviços de vigilância patrimonial possua natureza preponderantemente intelectual e física (mão de obra), a execução contratual gera resíduos e consumos que demandam gerenciamento ambiental adequado. Identificam-se os seguintes impactos e suas respectivas medidas mitigadoras, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-RO e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

1. Geração de Resíduos Sólidos (Uniformes e EPIs):

- **Impacto:** O descarte incorreto de fardamentos, coturnos e capas de colete vencidos ou desgastados pode gerar volume significativo de resíduos têxteis e sintéticos, além do risco de segurança (uso indevido de uniformes oficiais por terceiros).
- **Medida Mitigadora (Logística Reversa e Descaracterização):** A contratada será obrigada a implementar a logística reversa dos uniformes e EPIs. Concomitante ao fornecimento de novas peças, a empresa deverá recolher as usadas, procedendo à sua descaracterização (retirada de logotipos e brasões) e destinação ambientalmente correta (reciclagem têxtil ou aterro industrial certificado), sendo vedado o descarte em lixo comum.

2. Geração de Resíduos Perigosos (Baterias, Pilhas e Eletrônicos):

- **Impacto:** O uso de lanternas táticas e rádios comunicadores (HTs) gera o descarte de pilhas e baterias, que contêm metais pesados nocivos ao solo e lençol freático.
- **Medida Mitigadora:**
 - Priorização do uso de baterias recarregáveis para lanternas e equipamentos de comunicação.
 - Obrigatoriedade de recolhimento de todas as pilhas e baterias esgotadas pela contratada, garantindo sua devolução ao fabricante ou destinação conforme a **Resolução CONAMA nº 401/2008**.

3. Resíduos de Material Bélico (Munição e Cartuchos):

- **Impacto:** O descarte de munições vencidas ou deflagradas (cápsulas de latão/chumbo) possui alto potencial contaminante e risco à segurança pública.
- **Medida Mitigadora:** O controle do ciclo de vida das munições deve seguir rigorosamente as normas da Polícia Federal e do Exército Brasileiro. As munições vencidas devem ser recolhidas pela empresa para destruição em local autorizado. Cápsulas deflagradas em treinamento (reciclagem) devem ser recolhidas integralmente pela Academia de Formação ou pela empresa, garantindo a rastreabilidade e reciclagem do metal.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

(X) Sim

() Não

Justificativa: A contratação demonstra-se plenamente adequada, oportuna e viável sob as óticas técnica, econômica e jurídica, conforme os fundamentos abaixo:

1. Adequação Técnica: A solução de Vigilância Humana Armada foi identificada como a única capaz de atender aos requisitos críticos de segurança institucional do TRE-RO, provendo a capacidade de pronta resposta e dissuasão necessárias para a proteção do acervo de urnas



- eletrônicas e da integridade física de magistrados e servidores, em conformidade com a Resolução CNJ nº 344/2020 e a Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada).
2. Interesse Público: A modelagem da contratação assegura a continuidade de um serviço essencial, permitindo a transição segura do atual contrato emergencial para uma solução definitiva, além de prever a expansão da segurança para a nova Sede em Construção, evitando descon continuidades administrativas.
 3. Sustentabilidade e Função Social: A inclusão de cláusulas de reserva de vagas para mulheres e a exigência de gestão de resíduos alinham a contratação às melhores práticas de governança e responsabilidade socioambiental (ESG).

Diante do exposto, conclui-se que o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) fornece os subsídios necessários e suficientes para o prosseguimento do feito e a elaboração do Termo de Referência.

Unidade Demandante

responsável (nome)

Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)

Integrante (nome)